

Para responder às questões seguintes, assinale APENAS UMA alternativa correta e marque o número correspondente no Cartão-Resposta.

AS QUESTÕES DE 1 A 15 ESTÃO RELACIONADAS AO TEXTO ABAIXO

TEXTO

1 O conhecimento científico é uma conquista relativamente recente da humanidade. A revolução científica do século
2 XVII marca a autonomia da ciência, a partir do momento que ela busca seu próprio método desligado da reflexão filosófica.

3 O exemplo clássico de procedimento científico das ciências experimentais nos mostra o seguinte: inicialmente há
4 um problema que desafia a inteligência humana, o cientista elabora uma hipótese e estabelece as condições para seu
5 controle, a fim de confirmá-la ou não, porém nem sempre a conclusão é imediata sendo necessário repetir as experiências
6 ou alterar inúmeras vezes às hipóteses.

7 A conclusão é então generalizada, ou seja, considerada válida não só para aquela situação, mas para outras
8 similares. Assim, a ciência, de acordo com o pensamento do senso comum, busca compreender a realidade de maneira
9 racional, descobrindo relações universais e necessárias entre os fenômenos, o que permite prever acontecimentos e,
10 conseqüentemente também agir sobre a natureza. Para tanto, a ciência utiliza métodos rigorosos e atinge um tipo de
11 conhecimento sistemático, preciso e objetivo.

12 Nos primórdios da civilização os gregos foram os primeiros a desenvolver um tipo de conhecimento racional mais
13 desligado do mito, porém, foi o pensamento laico, não religioso, que logo se tornou rigoroso e conceitual fazendo nascer a
14 filosofia no século VI a.C.

15 Nas colônias gregas da Jônia e Magna Grécia, surgiu os primeiros filósofos, e sua principal preocupação era a
16 cosmologia, ou estudo da natureza. Buscavam o princípio explicativo de todas as coisas (arché), cuja unidade resumiria a
17 extrema multiplicidade da natureza. As respostas eram as mais variadas, mas a teoria que permaneceu por mais tempo foi
18 a de Empédocles, para quem o mundo físico é constituído de quatro elementos: terra, água, ar e fogo.

19 Muitos desses filósofos, tais como Tales e Pitágoras no século VI a.C. e Euclides no século III a.C. ocupavam-se
20 com astronomia e geometria, mas, diferentemente dos egípcios e babilônios, desligavam-se de preocupações religiosas e
21 práticas, voltando-se para questões mais teóricas. [...].

22 O método científico inicialmente ocorre do seguinte modo: há um problema que desafia a inteligência; o cientista
23 elabora uma hipótese e estabelece as condições para seu controle, a fim de confirmá-la ou não. A conclusão é então
24 generalizada, ou seja, considerada válida não só para aquela situação, mas para outras similares. Além disso, quase nunca
25 se trata de um trabalho solitário do cientista, pois, hoje em dia, cada vez mais as pesquisas são objeto de atenção de grupos
26 especializados ligados, às universidades, as empresas ou ao Estado. De qualquer forma, a objetividade da ciência resulta
27 do julgamento feito pelos membros da comunidade científica que avaliam criticamente os procedimentos utilizados e as
28 conclusões, divulgadas em revistas especializadas e congressos.

29 Assim, dentro da visão do senso comum (isto é, um vasto conjunto de concepções geralmente aceita como
30 verdadeiras num determinado meio social. Repetidas irrefletidamente no cotidiano, algumas dessas noções escondem ideias
31 falsas, parciais ou preconceituosas. É uma falta de fundamentação, tratando-se de um conhecimento adquirido sem base
32 crítica, precisa, coerente e sistemática), a ciência busca compreender a realidade de maneira racional, descobrindo relações
33 universais e necessárias entre os fenômenos, o que permite prever os acontecimentos e, conseqüentemente, também agir

34 sobre a natureza. Para tanto, a ciência utiliza métodos rigorosos e atinge um tipo de conhecimento sistemático, preciso e
35 objetivo. Entretanto, apesar do rigor do método, não é conveniente pensar que a ciência é um conhecimento certo e
36 definitivo, pois ela avança em contínuo processo de investigação que supõe alterações à medida que surgem fatos novos,
37 ou quando são inventados novos instrumentos.

38 Por exemplo, nos séculos XVIII e XIX, as leis de Newton foram reformuladas por diversos matemáticos que
39 desenvolveram técnicas para aplicá-las de maneira mais precisa. No século XX, a teoria da relatividade de Einstein
40 desmentiu a concepção clássica que a luz se propaga em linha reta. Isso serve para mostrar o caráter provisório do
41 conhecimento científico sem, no entanto, desmerecer a seriedade e o rigor do método e dos resultados. Ou seja, as leis e as
42 teorias continuam sendo de fato hipóteses com diversos graus de confirmação e verifica a habilidade, podendo ser
43 aperfeiçoadas ou superadas.

44 A partir da explanação feita acima será que podemos afirmar que existe um método universal? Será que os métodos
45 universais devem ser considerados válidos para situações diversas? E tendo situações diferentes podemos qualificá-las
46 como universais? Como descrever relações universais através de métodos “individuais”? Será que esse tipo de método é
47 realmente válido universalmente? Será que podemos nomear o método como sendo universal?

48 Segundo Alan Chalmers, em sua obra A Fabricação da ciência, “a generalidade e o grau de aplicabilidade de leis
49 e teorias estão sujeitos a um constante aperfeiçoamento”. A partir dessa afirmação podemos concluir que o método
50 universal, na realidade, não é tão genérico assim, ou melhor, não é tão absoluto, pois está sujeito a uma substituição
51 constante. Para Chalmers, não existe nenhum método universal ou conjunto de padrão universal, entretanto, permanecem
52 modelos históricos ocasionais subentendidos nas atividades bem-sucedidas, porém, isso não significa que vale tudo na área
53 epistemológica.

54 A questão da substituição constante das teorias ficou bem explícita na sucinta explanação da história da ciência
55 realizada anteriormente, onde tivemos a clara mudança de uma teoria, método ou hipótese por outra mais coerente dentro
56 de sua época histórica e/ou científica.

57 Diante disso tudo que foi visto, do conhecimento científico e senso comum, podemos, pelo menos, fundamentar
58 que a ciência tem por objetivo estabelecer generalizações aplicáveis ao mundo, pois desde a época da revolução estamos
59 em posição de saber que essas generalizações científicas não podem ser estabelecidas a priori; temos que aceitar que a
60 exigência de certeza é mera utopia. Entretanto, a exigência de que nosso conhecimento esteja sempre sendo transformado,
61 aperfeiçoado e ampliado é pura realidade.

62 FONTE: <https://www.coladaweb.com/filosofia/conhecimento-cientifico-e-senso-comum>

01) O texto revela

- (A) que o conhecimento científico tem limites muito claros.
- (B) a infinidade da ciência.
- (C) que o conceito de irreversibilidade das teorias científicas se confirma.
- (D) que o conhecimento científico, em razão da sua versatilidade, torna-se inconfiável.

02) Quanto à linguagem do texto, é correto afirmar:

- (A) Apresenta-se relacionada com os acontecimentos retratados no texto, porém de forma invariavelmente linear.
- (B) Foi usada para explicar a si mesma, na tentativa de tornar evidente a significação de vários termos.
- (C) É puramente referencial, uma vez que o objetivo do articulista é apenas informar sobre a evolução da formação do conhecimento científico.
- (D) É marcada pela objetividade, uma vez que inexistente a participação do enunciador do discurso nos acontecimentos retratados.

03) Há exemplo de predicado verbal na oração da alternativa

- (A) “os gregos foram os primeiros” (L.12).
- (B) “sua principal preocupação era a cosmologia” (L.15/16).
- (C) “As respostas eram as mais variadas,” (L.17).
- (D) “as leis de Newton foram reformuladas por diversos matemáticos” (L.38).

04) “A conclusão é então generalizada, ou seja, considerada válida não só para aquela situação” (L.7)
Considerando-se o fragmento transcrito, a função do vocábulo “só” não tem o efeito de

- (A) contrapor a posição assumida pelo enunciador.
- (B) maximizar o efeito da fala que a precede.
- (C) reforçar o discurso do enunciador.
- (D) ratificar a primeira assertiva.

05) Uma das proposições a seguir constitui exemplo de erro ou desvio gramatical da norma culta padrão.

- (A) “Assim, a ciência, de acordo com o pensamento do senso comum, busca compreender a realidade de maneira racional,” (L.8/9).
- (B) “...que logo se tornou rigoroso” (L.13).
- (C) “Nas colônias gregas da Jônia e Magna Grécia, surgiu os primeiros filósofos” (L.15).
- (D) “Isso serve para mostrar o caráter provisório do conhecimento científico” (L.40/41).

06) O nome é o elemento central da frase-declaração em

- (A) “que ela busca seu próprio método” (L.2).
- (B) “...que logo se tornou rigoroso” (L.13).
- (C) “O método científico inicialmente ocorre do seguinte modo” (L.22).
- (D) “...que foi visto” (L.57).

07) Exerce a mesma função de “de conhecimento” (L.10/11) a expressão

- (A) “de maneira racional” (L.8/9).
- (B) “da natureza” (L.16).
- (C) “de um trabalho” (L.25).
- (D) “do conhecimento” (L.40/41).

08) Considerando-se os recursos linguísticos que compõem o texto, é correto afirmar:

- (A) O termo “quase” (L.24) expressa ideia de aproximação.
- (B) Os termos “ou” (L.23) e “ou” (L.31) exprimem, no contexto em que se inserem a mesma ideia: exclusão.
- (C) A expressão “Ou seja” (L.41) expressa uma retificação em relação à afirmação anterior.
- (D) Se o verbo *existir* for substituído pelo verbo *haver*, o termo “método” (L.44) não mudará de função sintática.

09) Funciona, no texto, como agente da ação verbal a expressão

- (A) “métodos” (L.10).
- (B) “As respostas” (L.17).
- (C) “de quatro elementos” (L.18).
- (D) “novos instrumentos” (L.37).

10) A oração “à medida que surgem fatos novos” (L.36), em relação à declaração principal do período, exprime valor semântico de

- (A) consequência.
- (B) proporcionalidade.
- (C) conformidade.
- (D) causa.

11) O termo transcrito à esquerda, cuja substituição, à direita, está coerente com o conteúdo do texto é

- (A) “mas” (L.17) – ressalva.
- (B) “apesar do” (L.35) – oposição.
- (C) “através de” (L.46) – modo.
- (D) “ou melhor” (L.50) – retificação.

12) Exerce o mesmo valor morfológico de “que”, em “temos que aceitar” (L.59), o termo destacado na alternativa

- (A) “também”, em “consequentemente também agir sobre a natureza.” (L.10).
- (B) “que”, em “que avaliam criticamente os procedimentos” (L.27).
- (C) “que”, em “podemos concluir que o método universal” (L.49/50).
- (D) “a”, em “pois está sujeito a uma substituição constante” (L.50/51).

13) Tem função predicativa o termo

- (A) “humana” (L.4).
- (B) “rigorosos” (L.34).
- (C) “válidos” (L.45).
- (D) “diferentes” (L.45).

14) Há correspondência modo-temporal entre a forma verbal simples “permaneceu” (L.17) e a composta em

- (A) tem permanecido.
- (B) tivesse permanecido.
- (C) tinha permanecido.
- (D) terá permanecido.

15) A alternativa em que o trecho em negrito estabelece uma relação de dependência sintática com a ideia principal é

- (A) “**há um problema** que desafia a inteligência;” (L.22).
- (B) “...**estabelece as condições para seu controle**, a fim de confirmá-la ou não” (L.23).
- (C) “**não é conveniente** pensar” (L.35).
- (D) “Isso serve **para mostrar o caráter provisório do conhecimento científico**” (L.40/41).

16) A transformação dos dados gera a informação, a qual se define como uma coleção de fatos organizados de forma a possuir um valor adicional aos fatos em si. Das afirmações abaixo sobre as características da informação que determinam seu valor para a organização ou processo em análise, assinale àquela que não é verdadeira.

- (A)** A informação também deve ser relativamente econômica para ser viabilizada. Os tomadores de decisão sempre precisam equilibrar o valor da informação com o custo de produzi-la.
- (B)** A informação deve ser simples, não deve ser exageradamente complexa. Informação sofisticada e detalhada pode não ser necessária, pode até gerar sobrecarga de informações.
- (C)** A informação confiável não pode ser dependente de nenhum outro fator, pois a confiabilidade da informação deve ser independente do método de coleta de dados.
- (D)** A informação também deve ser simples, não deve ser exageradamente complexa. Informação sofisticada e detalhada pode não ser necessária, pode até gerar sobrecarga de informações. Quando um tomador de decisão dispõe de muita informação, há dificuldade em determinar qual delas é realmente importante.

17) Julgue se as afirmações abaixo são verdadeiras e em seguida assinale alternativa correta:

- I. Assim como nos Softwares Livre, os códigos e as linhas comandos que foram desenvolvidos nos softwares Freeware, são disponibilizadas livremente.
- II. A maioria das licenças usadas na publicação de software livre permite que os programas sejam modificados e redistribuídos. Estas práticas são geralmente proibidas pela legislação internacional de copyright, que tenta justamente impedir que alterações e cópias sejam efetuadas sem a autorização do/s autor/es. As licenças que acompanham software livre fazem uso da legislação de copyright para impedir utilização não-autorizada, mas estas licenças definem clara e explicitamente as condições sob as quais cópias, modificações e redistribuições podem ser efetuadas, para garantir as liberdades de modificar e redistribuir o software assim licenciado. A esta versão de copyright, dá-se o nome de copyleft.

III. Um pixel é um termo que significa picture element, ou componente de tela, é a menor unidade lógica que pode ser utilizada para construir uma imagem em tela. Um único pixel é normalmente formado pelo agrupamento de vários pontos de luz. Quanto maiores forem os pontos utilizados para criar um pixel e quanto mais pixels for mostrada no monitor melhor a resolução desse monitor.

- (A)** Somente as afirmações I e III são verdadeiras.
- (B)** Somente a afirmação II é verdadeira.
- (C)** Somente a afirmação III é verdadeira.
- (D)** As afirmações I, II e III são verdadeiras.

18) Assinale a alternativa abaixo que se refere a um Phishing:

- (A)** Um computador infectado costuma ser chamado de zumbi (zombie computer), pois pode ser controlado remotamente, sem o conhecimento do seu dono. Também pode ser chamado de spam zombie quando o bot instalado o transforma em um servidor de e-mails e o utiliza para o envio de spam.
- (B)** É capaz de armazenar a posição do cursor e a tela apresentada no monitor, nos momentos em que o mouse é clicado, ou a região que circunda a posição onde o mouse é clicado. É bastante utilizado por atacantes para capturar as teclas digitadas pelos usuários em teclados virtuais, disponíveis principalmente em sites de Internet Banking.
- (C)** escrito em linguagem de script, como VBScript e JavaScript, e recebido ao acessar uma página Web ou por e-mail, como um arquivo anexo ou como parte do próprio e-mail escrito em formato HTML. Pode ser automaticamente executado, dependendo da configuração do navegador Web e do programa leitor de e-mails do usuário.
- (D)** Você recebe um e-mail, em nome de um site de comércio eletrônico ou de uma instituição financeira, que tenta induzi-lo a clicar em um link. Ao fazer isto, você é direcionado para uma página Web falsa, semelhante ao site que você realmente deseja acessar, onde são solicitados os seus dados pessoais e financeiros.

19) Para classificar os dados, o MS Excel segue alguns critérios de prioridade e organização. Por exemplo, ao classificar um texto alfanumérico, se uma célula contém o texto B100, o Excel coloca a célula:

- (A)** Antes de uma célula que contenha a entrada B11.
- (B)** Depois de uma célula que contenha a entrada B1A1.
- (C)** Antes de uma célula que contenha a entrada B1.
- (D)** Depois de uma célula que contenha a entrada BB0.

20) O Menu Iniciar foi retirado do Windows 8, e no seu lugar foi introduzido um novo conceito, a saber:

- (A)** Assistente Virtual Cortana.
- (B)** Charms Bar.
- (C)** Interface Metro.
- (D)** Gadgets.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES DE 21 A 40

21) Para os efeitos do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados:

- (A) Pelo menos 2(dois) dos estabelecidos pelo Código Tributário Nacional, construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- (B) Pelo menos 5(cinco) dos estabelecidos pelo Código Tributário Nacional, construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- (C) Pelo menos 3(três) dos estabelecidos pelo Código Tributário Nacional, construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- (D) Pelo menos 1(um) dos estabelecidos pelo Código Tributário Nacional, construídos ou mantidos pelo Poder Público.

22) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza são:

- (A) De competência dos Estados e Municípios, e tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.
- (B) De competência da união, e tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.
- (C) De competência dos Estados e Distrito Federal, e tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.
- (D) De competência dos Municípios, e tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.

23) Estabelece o Código Tributário Nacional que as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Nesse sentido, observado o disposto pelo Código Tributário Nacional e demais normas que regulam o tema, considera-se:

- (A) Os serviços públicos utilizados pelo contribuinte efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título.
- (B) Os serviços públicos utilizados pelo contribuinte potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
- (C) Os serviços públicos específicos, quando possam ser destacados em unidades empregadas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.
- (D) Os serviços públicos divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

24) Na contribuição de melhorias, respeitado o disposto pelo Código Tributário Nacional, observará os seguintes requisitos mínimos, exceto.

- (A) A publicação prévia do memorial descritivo do projeto.
- (B) A publicação prévia da determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.
- (C) A regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.
- (D) A fixação de prazo não inferior a 90 (noventa) dias, para impugnação pelos interessados, da delimitação da zona beneficiada.

25) Em consonância com o CTN (Código Tributário Nacional), o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador, exceto.

- (A) A transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, incluído os direitos reais de garantia.
- (B) A transmissão, a qualquer título, do domínio útil de bens imóveis por natureza, como definidos na lei civil.
- (C) A transmissão, a qualquer título, da propriedade de bens imóveis por acessão física, como definidos na lei civil.
- (D) A cessão de direitos relativos às transmissões de direitos reais sobre imóveis, observado suas ressalvas.

26) O decreto nº 70.235 de 72 vem dispor sobre o PAF (Processo Administrativo Fiscal) e rege o processo administrativo de determinação e exigência dos créditos tributários da União e o de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal. No PAF, os prazos serão:

- (A)** Contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do vencimento e incluindo-se o do início.
- (B)** Contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.
- (C)** Contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e o do vencimento.
- (D)** Contínuos, incluindo-se na sua contagem o dia do início e do vencimento.

27) No Processo Administrativo Fiscal, o procedimento fiscal tem início, exceto com.

- (A)** A apreensão de mercadorias.
- (B)** O primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificado o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto.
- (C)** A apreensão de documentos, exceto livros.
- (D)** O começo de despacho aduaneiro de mercadoria importada.

28) Dos Crimes, praticados por particulares, contra a ordem tributária, ao suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, pela conduta de omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias, incorrerá na mesma pena do particular que:

- (A)** Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
- (B)** Deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.
- (C)** Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.
- (D)** Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.

29) Constitui crime contra a ordem econômica.

- (A)** Formar acordo entre ofertantes, visando à fixação artificial de preços.
- (B)** Favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores.
- (C)** Vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial.
- (D)** Induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária.

30) Se pelo crime contra a ordem tributária, por suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, ao negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação, resultar em grave dano à coletividade ou ser o crime cometido por servidor público no exercício de suas funções, as penas podem agravar:

- (A)** De 1/6 (um sexto) até 1/5 (um quinto).
- (B)** De 1/3 (um terço) até a metade.
- (C)** De 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).
- (D)** De até 1/6 (um sexto).

31) Dos crimes contra a administração pública, trata-se de crime de peculato, estabelecido pelo Código Penal Brasileiro, apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, com pena de reclusão de dois a doze anos, e multa. Já na modalidade culposa, se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem, é previsto pena:

- (A)** Reclusão, de seis meses a dois anos.
- (B)** Reclusão, de um a três anos.
- (C)** Detenção, de três meses a um ano.
- (D)** Detenção, de seis meses a um ano.

32) Dispõe o código tributário nacional que a atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei. Nesse sentido, observado o Código Tributário Nacional, a competência tributária é:

- (A) Delegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do Constituição.
- (B) Delegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público ou privado a outra, nos termos do Constituição.
- (C) Indelegável, inclusive atribuição das funções de fiscalizar tributos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do Constituição.
- (D) Indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do Constituição.

33) Quanto ao fato gerador, regulamentado pelo Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos tratando-se de situação jurídica, desde que esteja momentaneamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- (B) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- (D) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

34) Considerando as disposições do Código Tributário, quanto aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, marque a alternativa incorreta.

- (A) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (B) Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- (C) Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- (D) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.

35) A solidariedade tributária, presente no Código Tributário Nacional estabelece que, salvo disposição de lei em contrário, é efeito da solidariedade:

- I. O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.
- II. A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- III. A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.
- IV. A solidariedade comporta benefício de ordem.

Estão corretas as alternativas:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.

36) Com observância ao Código Tributário Nacional, a capacidade tributária passiva independe, exceto:

- (A) De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação do exercício de atividades civis, comerciais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- (B) Da capacidade civil das pessoas naturais.
- (C) De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem limitação do exercício de atividades

profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.

(D) De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica, exceto unidade profissional.

37) Na responsabilidade tributária, estabelece o Código Tributário Nacional, tratando da responsabilidade dos sucessores, são pessoalmente responsáveis, exceto:

(A) O cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, não sendo limitada esta responsabilidade ao montante da meação.

(B) O adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.

(C) O sucessor a qualquer título, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado.

(D) O espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

38) Em conformidade com o Código Tributário Nacional, suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

(A) A compensação.

(B) O depósito do seu montante integral.

(C) Remissão.

(D) A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

39) Em consonância com o Código Tributário Nacional, é hipótese de exclusão de crédito tributário.

(A) O pagamento.

(B) A prescrição e a decadência.

(C) A isenção.

(D) O parcelamento.

40) Estabelece o Código Tributário Nacional que o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho. Nesse sentido, é incorreto afirmar que na falência:

(A) O crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar.

(B) A lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho.

(C) A multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

(D) O crédito tributário prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.